

## **INTERLOCUÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR: [RE] ARTICULAÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE**

## **INTERLOCUTION BETWEEN BASIC AND HIGHER EDUCATION: [RE] ARTICULATIONS IN SCHOOL MANAGEMENT AND TEACHING TRAINING**

## **INTERLOCUCIÓN ENTRE EDUCACIÓN BÁSICA Y SUPERIOR: [RE] ARTICULACIONES EN LA GESTIÓN ESCOLAR Y FORMACIÓN DOCENTE**

Estefani Baptistella<sup>1</sup>  
Rosane Carneiro Sarturi<sup>2</sup>

171

**Resumo:** Este trabalho caracteriza-se por ser uma pesquisa em rede com participação de diversos países, além do Brasil. O objetivo geral do estudo é desenvolver uma proposta de educação integral, a partir da análise comparada de experiências exitosas nos países participantes no sentido de contribuir com a [re]construção de políticas públicas e indicadores de qualidade em educação voltada para a organização curricular, a gestão escolar democrática e a formação docente. Para isso, realizaremos uma pesquisa aplicada, com estudos comparados. Espera-se qualificar a interlocução entre Educação Básica e Superior, ampliando o diálogo, as parcerias, a interdependência e a capacidade técnico-científica.

**Palavras-chaves:** Educação Integral. Processo ensino-aprendizagem. Políticas públicas

**Abstract:** This project consists in a network research with the participation of several countries as well as Brazil. The overall objective of the study is to develop a full-time education proposal based on a comparative analysis of successful experiences from the participating countries in order to contribute to the [re] construction of public policies and quality indicators in education focused on curricular organization, democratic school management and teacher training. For this, we will carry out an applied research, with comparative studies. It is intended to qualify the interlocution between Basic and Higher Education, broadening dialogue, partnerships, interdependence and technical-scientific capacity.

**Key-words:** Full-time Education. Teaching-learning process. Public policies.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia Diurno da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [estefanibaptistella@gmail.com](mailto:estefanibaptistella@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Administração Escolar e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [rcsarturi@gmail.com](mailto:rcsarturi@gmail.com)

**Resumen:** Este trabajo se caracteriza por ser una investigación en red con participación de diversos países, además de Brasil. El objetivo general del estudio es desarrollar una propuesta de educación integral a partir del análisis comparativo de experiencias exitosas en los países participantes en el sentido de contribuir con la construcción de políticas públicas e indicadores de calidad en educación orientada a la organización curricular, gestión escolar democrática y la formación docente. Para ello, realizaremos una investigación aplicada, con estudios comparados. Se espera calificar la interlocución entre Educación Básica y Superior, ampliando el diálogo, alianzas, interdependencia y la capacidad técnico-científica.

**Palabras claves:** Educación Integral. Proceso de enseñanza-aprendizaje. Políticas públicas.

**Envio:** 20/04/2019

**Revisão:** 22/04/2019

**Aceite:** 05/07/2019

## Introdução

A natureza da presente proposta está relacionada a uma pesquisa comparada de diferentes experiências exitosas e inovadoras de Educação Integral no Brasil, Chile, Uruguai, Portugal e Espanha. Essa resultará em uma proposta de Educação Integral a ser desenvolvida no contexto de uma escola pública, que se constituirá como piloto da pesquisa, localizada em uma zona de vulnerabilidade social no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O problema dessa proposta prioriza responder: qual proposta de Educação integral pode ser desenvolvida a partir da interlocução entre educação básica e educação superior, considerando a [re] formulação de políticas públicas relacionadas com práticas inovadoras e democráticas de gestão escolar e de formação docente?

Educação integral parte das experiências exitosas de Anísio Teixeira, buscando a formação do aluno enquanto ser humano, trabalhar com essa perspectiva significa conciliar os conteúdos didáticos com outros aspectos da vida, ou seja:

[...] a Educação Integral deve ser capaz de responder a uma multiplicidade de exigências, ao mesmo tempo em que deve objetivar a construção de relações na direção do aperfeiçoamento humano, o que comporta na oferta de possibilidades para que o indivíduo possa evoluir, plenamente, em todas as suas dimensões (Felício, 2012, p. 05).

Destaca-se que o Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta indicadores sobre o atual panorama da oferta de educação em tempo integral no Brasil. O PNE estabelece como meta: “[...]oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da educação básica até 2024” (Brasil, 2014a).

Para ser considerada escola em tempo integral, conforme o Observatório do PNE (Brasil, 2016), a escola precisa ter pelo menos um de seus alunos em jornada média diária de sete horas ou mais, porém o que caracteriza a proposta de educação integral apresentada neste projeto é uma jornada escolar estendida que seja organizada, planejada e desenvolvida (em articulação com o Projeto Político-Pedagógico da escola e não apenas atividades em turno extra para cumprimento de carga-horária, de forma a conceber e garantir uma proposta de escola que, pela dimensão do ensino, desenvolva uma formação intencionalmente

multidimensional (intelectual, física, artística, estética, ética, social, política, técnica, entre outras) e não somente a científica e que, pela dimensão da gestão, realize a transformação social, a inclusão social e a democratização da escola pública e não somente a aplicação racional dos princípios da eficiência e da economicidade.

Assim, esta pesquisa se pauta em ações que visam consubstanciar e concretizar dinâmicas de gestão escolar na lógica da Educação Integral, permeadas pela formação inicial e continuada dos profissionais da educação e pelo desenvolvimento de práticas administrativo-pedagógicas que se utilizem de recursos tecnológicos e didáticos de maneira inovadora e criativa.

Também a proposta, ao prever a articulação com cursos de licenciatura, observa a necessidade de reconhecer as demandas, limites e possibilidades, na perspectiva de que as políticas públicas educacionais sejam [re] articuladas e desenvolvidas em âmbito local com base nas boas práticas universitárias e escolares globais e regionais, de modo a atuar na redução da desigualdade social, cultural e educacional, qualificando os serviços educacionais na educação básica e superior. Para isso, “[...] é necessário assumir compromissos com o esforço contínuo para a eliminação das desigualdades que são históricas no Brasil”. (Brasil, 2014).

Segundo o documento Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação, “[...] é preciso adotar uma nova atitude: construir formas orgânicas de colaboração entre os sistemas de ensino [...]”. (Brasil, 2014b, p. 5). Nessa lógica, este projeto se desenha com base na conjuntura do sistema educacional brasileiro, abarcando os preceitos de gestão democrática a partir de ações colaborativas (multi e interdisciplinares) entre os níveis da educação básica e superior, com vistas a potencializar significativas melhorias que promovam impacto científico e tecnológico na [re]formulação de políticas públicas educacionais.

Para tanto, o campo teórico-prático decorrente desta proposta de pesquisa constituirá potencial de [re]significação e [re]formulação de políticas públicas nacionais e internacionais, voltadas para a democratização e a inovação na/da gestão educacional/escolar e a [re]articulação das práticas educativas, na perspectiva da Educação Integral escolar, permeadas pela formação de professores (inicial e continuada) de qualidade.

Ferreira e Oliveira (2010, p. 63) apontam que “[...] os papéis sociais a serem exercidos pelas universidades devem ser permanentemente objeto de reflexão e estar articulados a um projeto de sociedade democrática, voltada para os interesses e direitos de todos seus cidadãos”. Portanto, na expectativa de contribuir para o debate acerca das finalidades da educação superior junto aos contextos escolares, na educação básica, a problemática do projeto envolverá os seguintes aspectos preponderantes de políticas públicas nos sistemas escolares: prática pedagógica no contexto escolar; gestão escolar na educação básica; uso de tecnologias e soluções inovadoras; formação inicial e continuada de professores; interlocução com programas de formação docente, e gestão e currículo de cursos de formação de professores. Neste projeto, estes aspectos estão diretamente relacionados aos processos formativos e de gestão escolar na educação infantil e no ensino fundamental.

Desta forma, identificar e analisar os limites e possibilidades das políticas públicas e ações pedagógicas no contexto da gestão educacional, mediante a interlocução entre a educação básica e a educação superior, requer considerar os impactos, impasses e desafios enfrentados pelas instituições educativas na busca para melhorar a qualidade do ensino. A abertura do diálogo permanente entre a universidade, sistemas de ensino e respectivas instituições, possibilita a proposição de ações conjuntas, pensadas através de experiências vinculadas ao contexto educacional com todas as suas nuances, tomando como referência os indicadores de avaliação e os dados que retratam a situação dos contextos pesquisados.

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver uma proposta de Educação Integral, a partir da análise comparada de experiências exitosas nos países participantes, no sentido de contribuir com a [re] construção de políticas públicas e indicadores de qualidade em educação voltados para a organização curricular, gestão escolar democrática e formação docente.

Os objetivos específicos são: Analisar comparativamente as experiências pedagógicas exitosas no Brasil e no exterior, tendo em vista a construção e consecução de uma proposta curricular de Educação Integral colaborativa e qualificada, na perspectiva da proposição de política pública educacional com foco na gestão e no currículo; Compreender as práticas administrativo-pedagógicas da escola e de cursos de graduação/programas de formação de professores, tendo por base a [re]significação e qualificação dos processos formativos dos profissionais da educação na perspectiva democrática, inovadora e interdisciplinar; Reconhecer e produzir ações e indicadores de inovação tecnológica e político-pedagógica

relacionados à [re]articulação da gestão administrativo-pedagógica na perspectiva democrática; Identificar as principais ações teórico-práticas entre educação básica e superior, no sentido de qualificar a interlocução, a interdependência, a produção, a dinâmica curricular e respectivos processos formativos, assim como fortalecer o diálogo e a troca de experiências.

### **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa aplicada, com base em estudos de casos comparados, de natureza colaborativa e quanti-qualitativa, que será desenvolvida em uma escola piloto, da rede pública de educação infantil e ensino fundamental do município de Santa Maria – RS, considerando as boas práticas de gestão escolar e de formação de professores desenvolvidas no Brasil e no exterior (Chile, Uruguai, Espanha e Portugal).

Os estudos comparados se constituirão a partir da identificação e análise de experiências exitosas considerando as regiões brasileiras envolvidas na proposta e os países dos pesquisadores internacionais.

Na medida em que as atividades de pesquisa comparada e aplicada forem sendo desenvolvidas, o delineamento metodológico estará pautado na abordagem quanti-qualitativa que expressa simultaneamente a relação dos números com a configuração analítica e qualitativa do fenômeno investigado. É perceptível a relação quanti-qualitativa, principalmente quando o campo de pesquisa é o cenário educacional e essa relação está intrinsecamente constituída no fenômeno pesquisado. Para Triviños (2008, p. 67): “A quantidade é expressa por um número. O quantitativo é característico dos fenômenos sociais também. [...] A quantidade e a qualidade estão unidas e são interdependentes. [...] a mudança de qualidade depende, em determinado momento, da mudança de quantidade”.

Dessa maneira, a metodologia de pesquisa tem como fundamento os princípios de Yin (2005), quando define que o estudo de caso é utilizado para contribuir como conhecimento dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados a estes.

Para efeito deste estudo, considerando a diversidade das experiências exitosas no Brasil, Chile, Uruguai, Portugal e Espanha, é importante pensar o estudo de caso na sua perspectiva comparada, quando a abstração, generalização e regularidade passam a ser

categorias de sistematização dos roteiros de investigação. Tendo em vista as críticas e discussões que perpassam a educação comparada, cabe destacar que:

Voltando a afirmação feita por Foster e Anderson de que a história trata essencialmente de fenômenos únicos, localizados temporal e espacialmente e, conseqüentemente, seu valor para análise comparativa, que pressupõe abstração, generalização e regularidade, é questionável, argumentei que tal afirmação foi refutada por vários escritores, incluindo historiadores. Em 1963, escrevi: como Crane Brinton (o eminente historiador comparativista) demonstrou, é bastante possível categorizar ou classificar fenômenos históricos e compará-los com o propósito de fazer generalizações. Embora talvez sejam de uma natureza mais limitada do que universal, tais generalizações podem ser usadas como hipóteses de trabalho a serem testadas em outras situações similares, de modo a esclarecê-las. Em outras palavras, de análise do específico, do concreto e do particular, o educador comparativista com orientação histórica pode induzir a generalização, e então utilizá-la para esclarecer outro evento ou outra forma específica. E acrescentei: “A preocupação quanto ao geral e ao particular deve ser achada tanto nas ciências sociais quanto na história, e a diferença é de ênfase e de objetivos da pesquisa, mais do tipo e método”. (Kazamais, 2012, p. 77).

É importante para este projeto o fortalecimento da inter-relação entre Educação Integral, formação de profissionais da educação, gestão democrática e interlocução educação básica e superior.

Desta forma, com o objetivo de sistematizar a metodologia utilizada na execução da proposta de pesquisa ora apresentada, delimitam-se como etapas da pesquisa que percorrem a abstração, generalização e regularidade dos fenômenos estudados:

1ª Etapa: Os pesquisadores elaborarão um instrumento de coleta de dados (roteiro de investigação e entrevista) sobre as experiências exitosas em seus países, que serão desenvolvidos com os sujeitos e instituições envolvidos nas ditas experiências;

2ª Etapa: os pesquisadores reunirão os relatórios dos estudos de casos e realizarão uma análise dos achados, com o objetivo de elencar os indicadores que constituirão a proposta a ser desenvolvida na escola piloto tomando como referência os achados da primeira etapa da pesquisa e das discussões realizadas nos grupos focais;

3ª Etapa: os pesquisadores em conjunto com a comunidade escolar elaborarão uma proposta de Educação Integral, que será aplicada na escola piloto e acompanhada pela equipe multidisciplinar;

4ª Etapa: Aplicação da proposta construída por todos os sujeitos na escola piloto, na qual a observação participante e o diário de campo serão as estratégias de acompanhamento, simultaneamente com os grupos focais, cujos registros serão disponibilizados no Portal de Conteúdos do projeto na Web, elaborado pela equipe de pesquisadores;

5ª Etapa: Análise e avaliação da experiência da escola piloto e elaboração de uma proposta de Educação Integral, fundamentada na experiência realizada, que seja referência para a proposição de políticas públicas.

Vale destacar que como se trata de uma pesquisa muito ampla, apenas a primeira etapa da proposta foi realizada, agora está sendo desenvolvida a segunda etapa.

As escolhas dos instrumentos de coleta serão adequadas as especificidades das etapas anunciadas, sendo que o roteiro de investigação será elaborado pela equipe de pesquisadores que manterão contato com os sujeitos envolvidos e fortalecerão os laços com os mesmos por meio de entrevistas semiestruturadas, que são como:

[...] um encontro entre duas ou mais pessoas a fim de que uma ou mais delas obtenham dados, informações, opiniões, impressões, interpretações, posicionamentos, depoimentos, avaliações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza acadêmica e/ou profissional. (Lima, 2004, p. 91)

178

Na mesma lógica, a pesquisa vai buscar subsídios para a elaboração da proposta de Educação Integral a ser desenvolvida na escola piloto, para a qual o grupo focal será uma ferramenta imprescindível, pois “[...] é um recurso de coleta de informações organizado a partir de uma discussão coletiva sobre um tema especificado e mediado por um ou mais de um animador-entrevistador” (Macedo, 2006, p. 116). Conforme Flick (2009), refere-se à entrevistas de grupo, discussões em grupo ou *grupos focais* que se constituem potenciais porque não reproduzem a artificialidade das interações construídas em outras formas de coletas de dados.

Nesse sentido, propor um projeto de aplicação que envolva a comunidade escolar, universidades e essa rede de pesquisadores é o trabalho que nos propomos a realizar. Ou seja, buscar que profissionais que atuam na educação básica e na educação superior identifiquem como estamos nos movendo nesse terreno das políticas públicas e no que delas derivam,



gestão do sistema, gestão das instituições, gestão do ensino, gestão dos currículos e dos modos de aprendizagem, tendo em vista o impacto das determinações globais e transnacionais assumidos pelo Brasil.

Sendo assim, em consonância aos objetivos deste projeto será realizado o levantamento e a indexação dos dados sobre a educação, dentro do escopo do delineamento temático, visando identificar e construir uma nova estratificação de dados sobre a política e gestão educacional e a formação inicial e continuada de professores e, assim, compartilhar dados e informações, para a tomada de decisões, para servir de base de pesquisa e para subsidiar pesquisas longitudinais com o fluxo do tempo e dos dados acumulados e tratados.

### **Experiências Exitosas sobre Educação Integral e suas fragilidades**

No século XX, os Pioneiros da Educação Nova ganharam notoriedade por serem os primeiros profissionais da educação que de fato exigiram reformas para o sistema de ensino brasileiro. Um dos principais autores deste movimento, o educador Anísio Teixeira (1900-1971), propôs os primeiros pensamentos sobre a necessidade de uma educação de tempo integral, e hoje é a referência do tema no Brasil. O educador, embora tenha feito pouco uso do termo Educação Integral propôs nos anos 30, uma reforma educacional alicerçada sob a ideia da transformação da escola pública na qual ela seria não somente um espaço de aprendizagem de conteúdo, mas, também, um espaço de formação humana para a vida em sociedade.

Para Anísio, a escola não poderia mais ser vista como um espaço isolado da sociedade, pois ela tendia a ser desigual na medida em que educava as crianças pobres em um único período escolar enquanto que as crianças oriundas de famílias ricas podiam obter outras experiências para além da escola.

A partir da experiência de Anísio Teixeira, muitas foram as propostas de reformar a escola brasileira. Nas décadas de 80 e 90, tivemos movimentos importantes sobre esse tema. Conforme Cordeiro (2001), a experiência de Anísio inspirou a construção de dois grandes projetos de Educação Integral em todo o país. O primeiro foi o da construção do Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) na década de 80, a partir de Darcy Ribeiro. Esses se expandiram, principalmente, no Rio de Janeiro, onde foram criadas mais de 500 escolas de tempo integral (Cavaliere, 2007). Outra experiência foi a criação dos chamados Centros

Integrados de Atendimento à Criança (CIAC), que posteriormente foram renomeados Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente (CAIC).

Ainda no fim do século XX, havia um número grande de crianças que estavam mais na rua do que na escola, os “meninos de rua” assim chamados e, na década de 90, o Projeto Minha Gente foi criado pelo governo federal como sendo uma proposta de assistência social a qual tinha em uma de suas ações a construção de unidades físicas dos intitulados Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIAC) por todo o território brasileiro.

Se futuramente a proposta do CIAC, por uma questão de reorganização das responsabilidades de efetivação do Projeto Minha Gente, teve sua nomenclatura modificada para CAIC, ficou claro que a sua implementação e funcionamento tinha como público alvo crianças oriundas da classe popular e pobres e como meta promover uma escola que pudesse oferecer uma totalidade de ações que contribuíssem para o cuidado, assistência a atenção de crianças e jovens.

No que tange a organização e propostas dos CIEP, esses foram criados com o objetivo de serem escolas que proporcionassem além das aulas tradicionais do currículo, atividades de esportes e cultura e assistência médica. Já proposta dos CIAC/CAIC era que as escolas seriam construídas, a partir de um modelo padrão, ofertando além das aulas tradicionais do currículo escolar, atendimento à saúde, assistência e promoção social. Essas atividades, assim como no CIEP, estavam voltadas para as crianças dos meios sociais menos favorecidos. Contudo, estas propostas de incentivo a escola de tempo integral não tiveram uma continuidade e uma legitimidade na política pública educacional brasileira e os dois modelos apresentados acabaram terminando, pois houveram trocas de governos que não deram continuidade à proposta.

No ano de 2007, o Ministério da Educação (MEC) criou e apresentou o Programa Mais Educação. Sob o conceito de Educação Integral e com uma estratégia de promoção de um modelo educacional pelo qual a criança passaria mais horas na escola, este programa propôs diferentes atividades as crianças depois do tempo de aula obrigatório -turno inverso-. Pela organização do Mais Educação, a criança iria desenvolver no segundo turno escolar atividades extraescolares regidas por diferentes profissionais das diversas áreas de conhecimento.

Os critérios de seleção das crianças que participariam do projeto estavam em indicadores sociais visando as crianças pobres (público alvo do projeto) e as escolas que apresentassem um coeficiente de desempenho escolar abaixo da média proposta pelo sistema de avaliação nacional que mede o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Contudo, o referido programa não se concretizou como uma política pública, mas sim como uma estratégia de desenvolvimento e encorajamento para a aplicação de uma escola de tempo integral.

Agrega-se que o funcionamento do programa dependia da conjuntura econômica do país e dos repasses feitos pela União e, sobretudo, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A partir de 2015, o Programa mudou de nome e se intitula atualmente “Novo Mais Educação”. A nova proposta se apresenta como uma readaptação da antiga, mas com menos investimento em atividades culturais, artísticas e prioridades na oferta de aulas de reforço em português e matemática no contra turno escolar.

A partir da apresentação destes exemplos de propostas educacionais de integralidade que percorreram a história do Brasil, evidenciamos que a problemática da educação integral no país é ligada a projetos que encorajam as escolas públicas do país, por meio de incentivo financeiro, a desenvolverem uma proposta de Educação Integral. Assim, os mesmos ainda são programas descontínuos, que ainda não são aplicados de forma efetiva e nacional como política pública: todos os projetos existiram na medida que se tinha fundos e interesses políticos e o atual Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que caracteriza-se como um conjunto de metas e objetivos elaborados para serem alcançados pelo país, seus estados e municípios no que tange o desenvolvimento da educação pública.

A atual configuração do tempo de escola pública tradicional brasileira tem aulas desenvolvidas tanto no horário da manhã quanto no horário da tarde. Normalmente, no turno inverso, a mesma escola que recebe as crianças dos anos iniciais, dispõe espaço para que a seguinte modalidade da educação, ou seja, os anos finais, desenvolvam suas aulas. A organização mais comum do tempo escolar no Brasil é de que as turmas da etapa dos anos iniciais tenham aula entre as 8h e às 12h e os alunos dos anos finais do ensino fundamental entre as 13h e às 17h ou vice e versa, assim sendo, as escolas oferecem as 4h diárias em cada turno e a distribuição das 800 horas com os 200 dias letivos previstos obrigatoriamente em lei.

Sendo assim, as últimas propostas de encorajamento de aumento do tempo escolar estiveram em muitos casos isoladas e foram sempre configuradas como políticas de governo desenvolvidas com programas descontinuados. A reflexão que se faz é de que o debate sobre a educação integral, deve ser um debate para além de propostas eleitorais, ele deve ser de acordo com Arroyo (2012) uma política de estado que garanta não somente mais tempo compulsório de escola mas, também, seja uma forma de garantir direitos básicos e dignos para que as crianças e jovens da periferia desfrutarem de mais tempo de atividades, de relação com conhecimentos, de experiências em espaços e tempos lúdicos e harmoniosos.

Mais que isso, a Educação Integral deve ser uma organização escolar democrática, pensada, aplicada e efetivada, sendo assim, um novo modelo de escola que seja abrangente para todos os alunos das diferentes classes sociais que frequentem a escola pública.

Segundo Moll (2012), a Educação Integral, no Brasil, deve ser vista como um espaço em que as crianças possam ter a possibilidade de se formar e ter salientado seu protagonismo dentro do espaço escolar através de diferentes práticas e atividades pedagógicas (arte, música, teatro, mídias) que possam as guiarem em encontro não somente com os saberes do currículo da escola, mas, também, da formação para a vida humana.

Se, como afirmou Anísio Teixeira, “a cara da escola é a cara da pátria”, então o Brasil precisa de uma escola que acolha seus estudantes em todos os âmbitos, promovendo não só o aprendizado das matérias no formato didático, como também o exercício de outras áreas do desenvolvimento humano, como as artes, os esportes, a comunicação, a cidadania, a saúde, etc. É uma educação que pensa a formação de maneira integral e prepara o indivíduo para exercer essa mesma participação depois, quando em contato com as esferas social e política.

É importante destacar que, como nos coloca Freire (1970), “a educação não é neutra”, e que as escolas de tempo integral são opções não só pedagógicas, mas políticas, revelando uma determinado projeto de sujeito, de sociedade e de educação. A ampliação do tempo, por si só, não garante um projeto educativo, é preciso analisar como esse tempo está sendo utilizado, que práticas estão sendo desenvolvidas, que relações educativas estão sendo estabelecidas. Dessa forma, refletir sobre as diferentes abordagens de currículo e considerar o desenvolvimento de arranjos curriculares no contexto de uma educação de tempo integral.

Uma perspectiva diferenciada que extrapola o sistema escolar, fugindo daquilo que Arroyo (2012, p. 33) salientou “[...] se um turno já é tão pesado para tantos milhões de

crianças [...] condenados a opressivas reprovações, [...] mais uma dose do mesmo será insuportável”. Em outras palavras, essa ampliação do tempo deve oportunizar ao discente uma aprendizagem significativa, que valorize seus direitos, sua dignidade, que esse tempo e esse espaço sejam (res)significados, promovendo rupturas entre o horário normal e o contra turno, oferecendo a esse educando um viver digno.

Yus (2002, p. 14) vem propondo e inspirando um diálogo acerca da Educação Integral e holística para o século XXI, sinalizando que “[...] nossas escolas transpiram fragmentação por todos os poros [...]”, desde a organização de seus tempos (horários) até seus espaços hierárquicos e compartimentados, que re/alimentam ora a in/exclusão social e cultural dos seus sujeitos.

A Educação Integral precisa representar a organicidade das propostas educacionais e não pode se resumir somente como mais tempo da criança na escola, se não estaríamos simplesmente dando “mais do mesmo” (Arroyo, 2012).

Jaqueline Moll e Gesuína Leclerc (2012, p. 17) nos relatam este compromisso legítimo e pontual que uma proposta de educação integral carrega consigo, ou seja:

“Em um contexto de desigualdades econômicas, políticas e sociais, em que o acesso à ciência, à cultura e à tecnologia vincula-se ao pertencimento étnico, territorial, de classe, de gênero e de orientação sexual, a construção de uma política de educação básica de tempo integral faz parte das políticas afirmativas e de enfrentamento de desigualdades.”

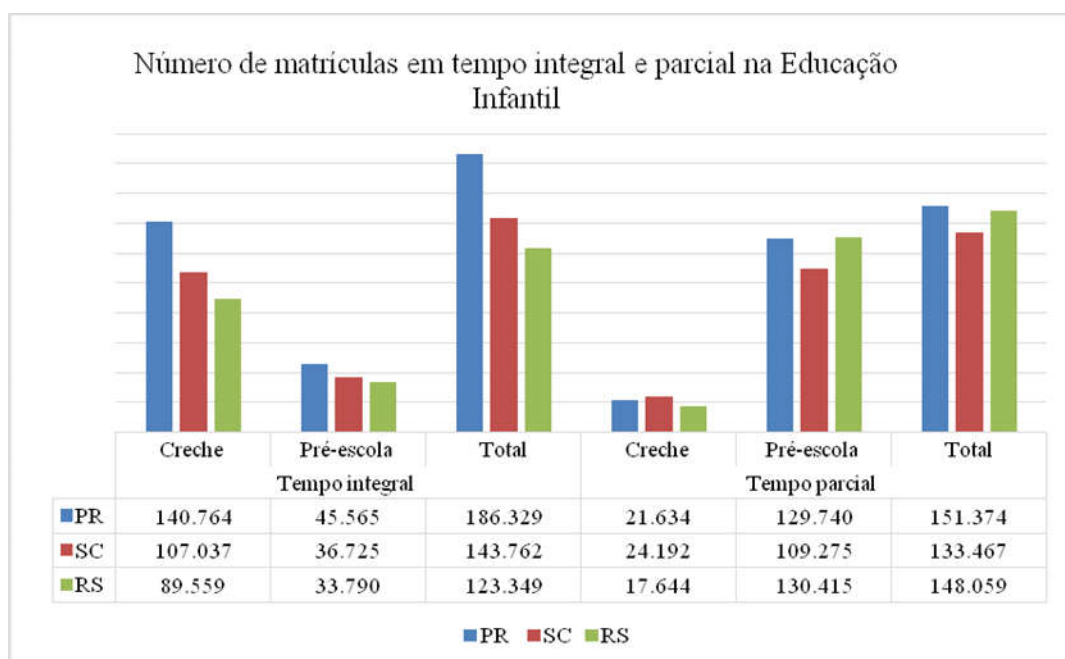
Educação Integral é pensar e promover uma escola que não seja reformista ou opressora, mas, ao contrário, em uma escola que ofereça, através de suas práticas pedagógicas consolidadas e coerentes com as necessidades dos alunos, a possibilidade de que eles possam vivenciar o que de melhor em termos de educação e socialização com diferentes culturas.

## **Resultados e Discussões**

A partir da proposta metodológica e da fundamentação teórica apresentada espera-se obter os seguintes resultados: ampliação do tempo de permanência do estudante na escola e qualidade do processo de ensino-aprendizagem como também a ampliação da carga horária de dedicação semanal dos profissionais da educação na escola, assim a implementação da hora-

atividade dos profissionais da escola, otimizando os espaços de planejamento, estudo e formação continuada. Podemos perceber que o índice de matrículas na educação infantil (Gráfico 1) e ensino fundamental (Gráfico 2) em tempo integral na Região Sul do Brasil, está crescendo na educação infantil, porém em passos lentos. Já nos anos iniciais a discrepância é grande, acentuando-se o número de matrículas em tempo parcial, em detrimento do integral.

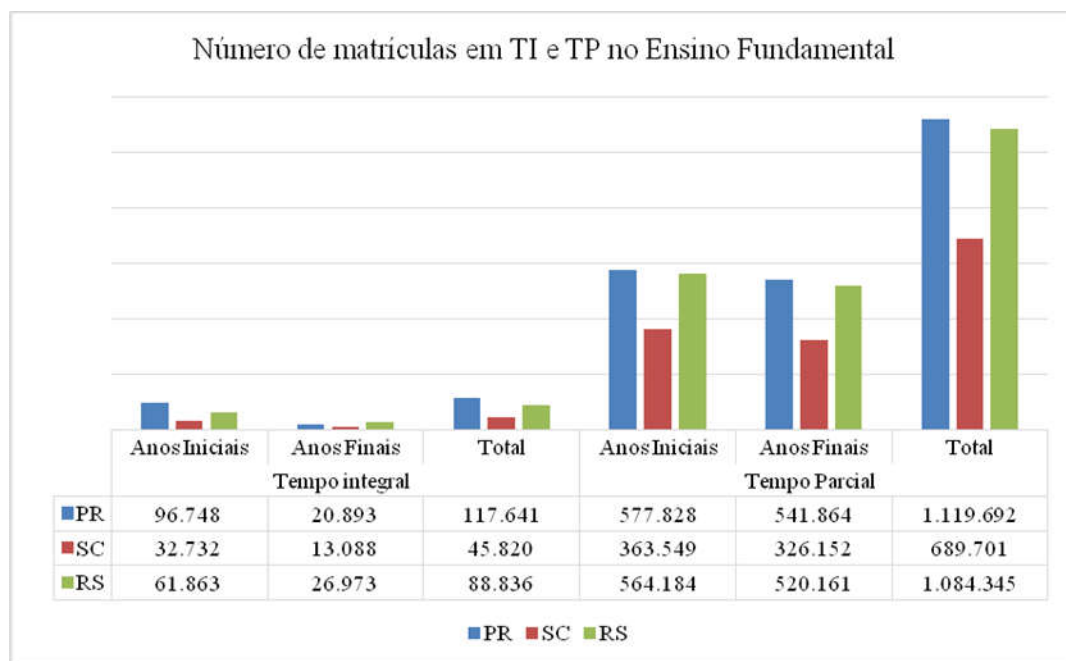
Gráfico 1- Número de matrículas em TI e TP na Educação Infantil



184

Fonte: Elaborado pelas autoras com base na Sinopse Estatística da Educação Básica 2017 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017).

Gráfico 2- Número de matrículas em TI e TP no Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pelas autoras com base na Sinopse Estatística da Educação Básica 2017 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017).

Considerando os dados coletados, podemos afirmar que Rio Grande do Sul e Paraná são equivalentes no que tange a oferta de tempo integral em todos os níveis de ensino. Há uma forte oferta no nível da creche, mas que vai caindo na medida em que os níveis escolares vão aumentando.

Outros resultados que são esperados até o fim da pesquisa são: a qualificação da interlocução entre educação básica e superior, ampliando o diálogo, as parcerias, a interdependência e capacidade técnico-científica, o fortalecimento dos princípios e mecanismos de gestão democrática no contexto das instituições educativas dessa pesquisa. A Construção e execução de proposta curricular de Educação Integral de maneira compartilhada.

O fortalecimento da interação e atuação da escola com órgãos e instituições do Sistema Municipal de Ensino, entre outros, juntamente, com a atuação qualificada do Conselho Escolar e dos profissionais da educação na escola, buscando [re] formulações

curriculares dos cursos de formação de professores e a ampliação e qualificação da atuação e produção (técnica, científica e didática) dos grupos de pesquisa das Instituições de Ensino Superior (IES) em contexto educacional nacional e internacional.

### **Conclusão**

As conclusões acerca da pesquisa ainda não definitivas, apenas conclusões da etapa já realizada e analisada.

A partir do objetivo geral que visa desenvolver uma proposta de Educação Integral, a partir da análise comparada de experiências exitosas nos países participantes no sentido de contribuir com a [re]construção de políticas públicas e indicadores de qualidade em educação voltada para a organização curricular, a gestão escolar democrática e a formação docente, conclui-se que para estabelecer uma rede de relações que implica no trabalho do professor (seja em serviço na educação básica ou superior, assim como o futuro professor) e na gestão das escolas e em como se organizam as políticas públicas nos sistemas educacionais, tem como efeito a necessidade de uma mobilização que possibilite [re] construir princípios e mecanismos de gestão democrática e a formação inicial e continuada dos professores para atuarem na educação básica e superior.

Mais que isso, analisar como os formatos de gestão educacional e escolar e de formação docente vão impactar em ações práticas para que esses princípios se concretizem no contexto de atuação dos profissionais da educação.

O processo de formação docente é fator imprescindível para que a escola de Educação Integral consiga alcançar melhores resultados, uma vez que o educador, que também é aprendiz, pode adotar em sua prática cotidiana uma postura que auxilie o aluno no desenvolvimento da sua aprendizagem, com autonomia, na busca do conhecimento.

É importante para este projeto o fortalecimento da inter-relação entre Educação Integral, formação de profissionais da educação, gestão democrática e interlocução educação básica e superior, bem como a relação entre os objetivos de pesquisa propostos com as estratégias de ação.

O espaço escolar precisa ser o principal local de formação dos profissionais reflexivos, colocando em discussão as problemáticas do cotidiano da sala de aula, já que é realizando a prática que o professor defronta-se com o desafio do inesperado. A formação continuada dos



docentes, que já passaram pelo ensino superior, deve ser voltada para todas as modalidades de ensino, para que estejam aptos na realização do planejamento escolar, desenvolvendo melhorias no ensino-aprendizagem.

### Referências bibliográficas

- BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 20/05/2019.
- CAVALIERE, A.M.V. Escola de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n.129, p.1205-1222, out./dez. 2014.
- CORDEIRO, C.M.F. Anísio Teixeira uma “visão” do futuro. **Estudos avançados**, v.15, n.42, p.241-258, maio/agosto. São Paulo: 2001.
- FELÍCIO, H. M. S. A integração curricular na educação em tempo integral: perspectivas de uma parceria interinstitucional. IN: **34ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 2011, Natal/RN. Anais...Natal, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT12/GT12-32%20int.pdf>> Acesso em: 30/05/2019.
- FEREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. As reformas da educação superior no Brasil e na união europeia e os novos papéis das universidades públicas. **Nuances: estudos sobre Educação**. p. 50-67, jan./dez. v. 17, n. 18, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: INEP, 2017. URL: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 11/05/2019.
- KAZAMIAS, A. M. Homens esquecidos, temas esquecidos: os temas histórico-filosófico-culturais e liberais humanistas em educação comparada. In: COWEN, Robert.; KAZAMIAS A. M.; UNTERHALTER, E. (ORGs.). **Educação Comparada: panorama internacional e perspectivas**. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012.
- LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica**. Etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.
- MOLL, J. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços**. Porto Alegre: Penso, 2012
- Moll, J.; Leclerc, F.E.G. (2012). **Educação integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade?** Em Aberto, Brasília, v.25, n.88, p.17-49, jul./dez. Brasília: 2012.
- NOVOA, A. **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1999.
- OBSERVÁTORIO DO PNE (2014). **6. Educação Integral**. URL: < Observatório do PNE. (2014). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/6-educacao-integral/analises/educacao-integral>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- YUS, R. **Educação integral: uma educação holística para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2002.